



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIA, PESQUISA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – TURMA 35**



**TÉCNICAS BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS PARA DOCENTES DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO DF**

Luciano de Araújo Galeno Júnior¹
Anderson Paiva Nascimento²

RESUMO

Este artigo abordou o ensino de técnicas de primeiros socorros para professores das escolas públicas do Distrito Federal (DF) e teve como objetivo estudar uma forma de atuação preventiva do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) em se tratando de emergências com jovens nesses ambientes. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho tratou, de forma exemplificativa, das técnicas utilizadas no Atendimento Pré-Hospitalar (APH), analisou os dados de ocorrências registrados nos últimos anuários estatísticos da corporação e levantou a legislação legal sobre a capacitação de docentes. Aplicando-se a metodologia proposta e correlacionando os dados obtidos, concluiu-se que a atuação da corporação na capacitação de docentes é necessária, encontra justificativa nas atribuições legais e está alinhado com o plano estratégico da corporação, além de propiciar qualidade de vida aos estudantes e difundir o conhecimento na sociedade. Tratou-se, portanto, de um trabalho pioneiro no âmbito do CBMDF que serviu de iniciativa para novos estudos relacionados a abordagem da prevenção nos sistemas educacionais de ensino. Por fim, buscou-se propor um projeto que auxilie a corporação não só na proteção de vidas, mas também em despertar a atenção para a cultura de prevenção.

Palavras chaves: Ocorrências. APH. CBMDF. Escola. DF.

¹ Cadete 2º ano. Aluno à Oficial da Academia de Bombeiro Militar do Distrito Federal. Gestor Financeiro formado no Instituto Processus. Aluno do Curso de Formação de Oficiais – 2018.

² Capitão QOBM/Comb. Coordenador do CFO turma 38 na Academia de Bombeiro Militar do Distrito Federal. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

INTRODUÇÃO

Este artigo abordou o ensino de técnicas de primeiros socorros a docentes de escolas públicas no âmbito do Distrito Federal (DF). Em se tratando de emergências pré-hospitalares, Gomes (2018), concluiu que, de fato, o suporte precoce às emergências, seja trauma, seja clínica, é extremamente importante para a recuperação e sobrevivência da vítima. Considerando também que, segundo Censo Escolar do Distrito Federal (2019), o número de matriculados no ensino público é de 456.109 e que, de acordo com a estimativa do IBGE, a população das Regiões Administrativas totaliza 3.015.268 habitantes, verificou-se que a quantidade de estudantes da rede gratuita de educação representa 15,13% do total, se configurando como parcela significativa do público alvo do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF). Outrossim, o tema tem relevância para a corporação quando se leva em consideração o aumento nas ocorrências de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) no triênio de 2014-2016 (últimos divulgados pela corporação) e a aprovação em lei 13722/2018, que versa, entre outros pontos, sobre a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino público de educação básica. Dessa forma, foi buscando contribuir com a responsabilidade bombeiro militar, manter a aproximação entre a corporação e a sociedade do DF e difundir o conhecimento na missão de salvar vidas que se optou pelo tema.

O artigo tem o propósito de responder ao seguinte questionamento: como atuar de forma preventiva e otimizar a primeira resposta às emergências com jovens do Distrito Federal? Existe a hipótese de que o ensino de técnicas de APH básico para docentes das escolas públicas do DF seja competência do CBMDF e pode contribuir para qualidade de vida no ambiente escolar.

Esse trabalho teve como objetivo principal estudar uma forma de atuação preventiva do CBMDF no âmbito das emergências envolvendo estudantes das escolas públicas do Distrito Federal, segundo os manuais APH e legislação vigentes. Ademais, este artigo buscou também, de maneira direcionada, citar as técnicas empregadas pelos militares, baseadas em manuais de referência da própria corporação, expor o crescimento do número de ocorrências de APH no âmbito do DF e apresentar a lei 13722/2018.

1 TÉCNICAS BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS

Anualmente, as técnicas de APH passam por revisões e atualizações. Isso porque com o avanço tecnológico, novos conhecimentos vão sendo adquiridos acerca do ser humano e isso impacta diretamente no atendimento às vítimas de traumas ou aos pacientes clínicos. Cabe, portanto, ao CBMDF acompanhar e avaliar as inovações no tocante a técnicas e equipamentos.

O segmento de atendimento pré-hospitalar engloba diversos tipos de conceitos e conteúdos, haja vista a variedade de incidentes que podem acontecer com o ser humano. Dessa forma, decidiu-se apresentar um rol exemplificativo de técnicas neste tópico. O critério utilizado foi o conhecimento técnico adquirido pelo aluno na profissão bombeiro militar, pensando nas situações que um cidadão comum poderia atuar e contribuir de sobremaneira com a sobrevivência do acidentado.

1.1 SUPORTE BÁSICO DE VIDA

De acordo com a doutrina adotada, a definição de Suporte Básico de Vida (SBV) pode sofrer variações. Segundo Pergola e Araujo (2009) “compreende etapas que podem ser iniciadas fora do ambiente hospitalar e realizadas por leigos, devidamente capacitados e informados”. Nesse sentido, o conceito basicamente se confunde com o Atendimento Pré-Hospitalar propriamente dito, visto que, dessa forma, em qualquer emergência existe uma conduta pré-estabelecida que visa a amenizar a situação do acidentado.

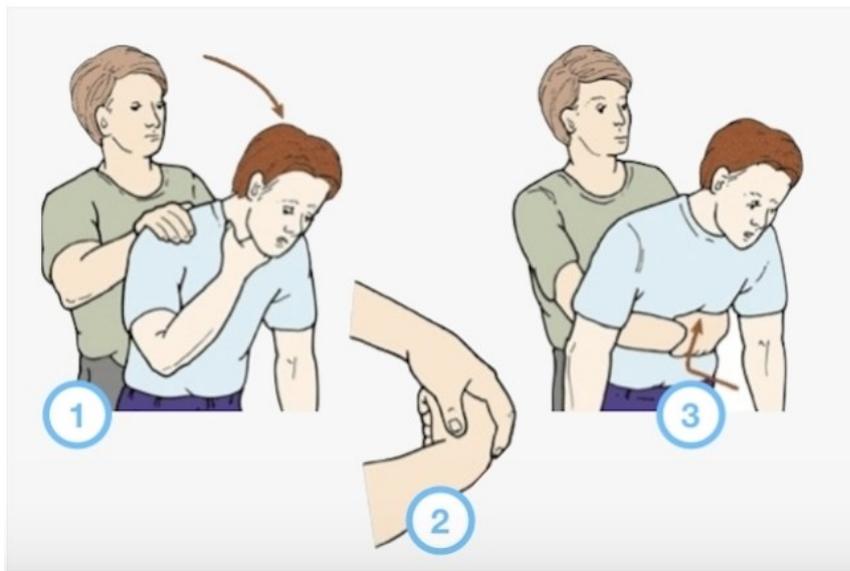
Segundo Manual de APH do CBMDF (2007), o SBV engloba apenas as técnicas que buscam proporcionar condições mínimas de manutenção da vida, se restringindo basicamente às funções cardiorrespiratórias do paciente. Como exemplo de procedimentos dessa área preconizados pela corporação podem ser citadas a Reanimação Cardiopulmonar (ver Figura 1) e a manobra de Heimlich (ver Figura 2), utilizada em casos de Obstrução de Vias Aéreas por Corpos Estranhos (OVACE). Um cidadão comum de posse de tais conhecimentos pode contribuir com a sobrevivência até a chegada do socorro especializado, podendo ser crucial, inclusive, para a sobrevivência da vítima (PERGOLA; ARAUJO, 2009).

FIGURA 1 – Ilustração de uma RCP sendo realizada por um Guarda-Vidas



Fonte: Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa)

FIGURA 2 – Manobra de Heimlich em paciente consciente

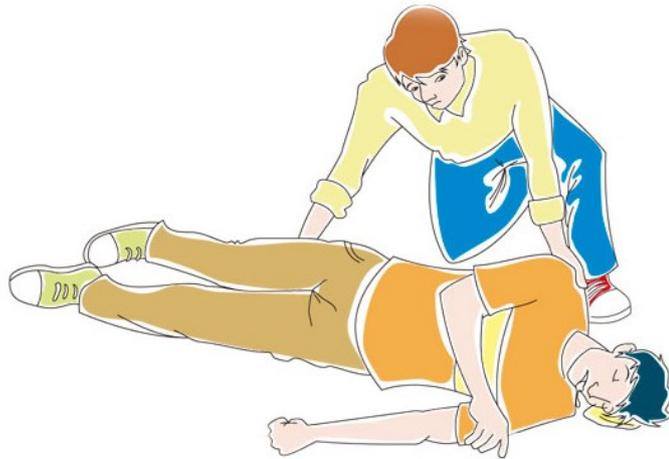


Fonte: Portal Tua Saúde

1.2 CRISE CONVULSIVA E QUEIMADURAS

Acerca das crises convulsivas, que são contraturas involuntárias dos tecidos musculares, as condutas, conforme Manual de APH do CBMDF, são basicamente aliviar roupas e vestimentas, proteger cabeça e afastar objetos e que possam machucá-lo durante a crise. Praticamente toda a resposta para essa patologia é realizada em ambiente hospitalar.

FIGURA 3 – Ilustração da posição de conforto após crise Convulsiva



Fonte: Revista Viva Saúde

No tocante às queimaduras, que são lesões causadas nos tecidos humanos pelo fluxo de calor, as técnicas buscam, sobretudo, amenizar a dor do paciente mediante resfriamento do local com água corrente. A continuidade do tratamento também será feita a nível de hospital conforme extensão e gravidade da área afetada.

FIGURA 4 – Atendimento pré-hospitalar numa queimadura grave



Fonte: Depositphotos

Abordar essas ocorrências com a sociedade justifica-se no fato de que, segundo Casella e Mângia (1999) a “frequência de crises epiléticas é maior na faixa etária pediátrica, associada a um menor limiar do cérebro imaturo para o desencadeamento desses episódios”. Acerca das queimaduras, o conhecimento popular que preconiza a aplicação de pasta de dente, gelo, manteiga ou até mesmo retirar a roupa da pele traz desconforto ao paciente e possível danos à área afetada, dificultando o tratamento. É, portanto, necessária uma abordagem para conscientizar a população acerca dos procedimentos adequados.

1.3 HEMORRAGIAS E TRAUMAS EM EXTREMIDADES

Segundo o Manual de APH do CBMDF (2007, p. 99), hemorragia “É o extravasamento de sangue dos vasos sanguíneos ou das cavidades do coração, podendo provocar estado de choque e óbito. A hemorragia pode ser externa ou interna.”. Em suma, trata-se do fluxo sanguíneo para fora do sistema circulatório. Se não tratada com urgência, a depender do volume perdido, o paciente pode evoluir para um estado de choque (colapso do sistema cardiovascular) e morrer. Dada a importância do tratamento precoce de uma hemorragia para o sucesso do atendimento, torna-se fundamental que a intervenção seja feita assim que identificada.

A técnica para contenção de hemorragias preconizadas pelo manual do CBMDF consiste basicamente em pressão direta, elevação da extremidade, contenção dos pontos arteriais (comprimir vaso calibroso que alimenta o membro) ou uma conjugação dos três procedimentos (ver Figura 3).

FIGURA 5 – Técnicas para contenção de hemorragia



Fonte: Manual de APH do CBMDF

Traumatismo, conforme o dicionário Aurélio (2010, p. 2076) é a “Lesão de extensão, intensidade e gravidade variáveis, que pode ser produzida por agentes diversos (físicos, químicos, etc), de forma acidental.”. Trata-se, pois, de evento causado a um indivíduo por mecanismo externo a esse organismo, provocando danos em potencial. O trauma em

extremidades contempla, portanto, ocorrências nas quais os membros de uma pessoa sofrem algum tipo de lesão, seja qual for o mecanismo causador. De acordo com o Manual de APH do CBMDF (2007), subdividem-se em três tipos: fratura, entorse e luxação.

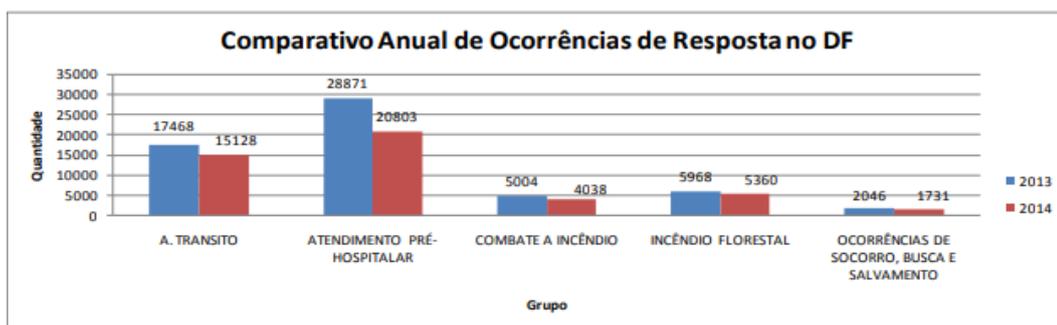
A fratura, conforme Manual CBMDF (2007), “é a solução de continuidade total ou parcial de uma estrutura óssea”. A entorse apresenta como característica principal a torção de uma articulação além do grau normal de amplitude, provocando estiramentos ou ruptura dos ligamentos articulares. Já a luxação consiste no desalinhamento das superfícies articulares, fazendo com que elas percam o contato entre si. A intervenção precoce em tais ocorrências se fundamenta na busca por proporcionar o mais rapidamente possível um alívio da dor para o traumatizado. Além disso, é comum esse tipo de trauma vir acompanhado de hemorragias e outras lesões, podendo deteriorar a situação clínica do paciente em caso de demora na resposta.

2 NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE APH NO ÂMBITO DO DF

Dentre os vários tipos de ocorrências atendidas pelos bombeiros militares do Distrito Federal, as que tratam de Atendimento Pré-Hospitalar possuem maiores números de solicitações, segundo os Anuários Estatísticos publicados pela corporação desde 2014. É verificável que, mesmo com um aumento nas ações de prevenção e apoio, houve um aumento no número de ocorrências dessa natureza no DF de uma maneira geral no mesmo período.

Pelo Gráfico 1 é possível verificar que o número de ocorrências de APH sofreu uma expressiva redução se comparado com o ano de 2013, configurando um percentual relativo de -27,94%. Isso pode estar diretamente relacionado ao número de prevenções e apoio prestado pelo CBMDF no ano de 2014, que totaliza, em números absolutos 23.247 ocorrências, correspondendo a um aumento percentual relativo de 47% em relação a 2013.

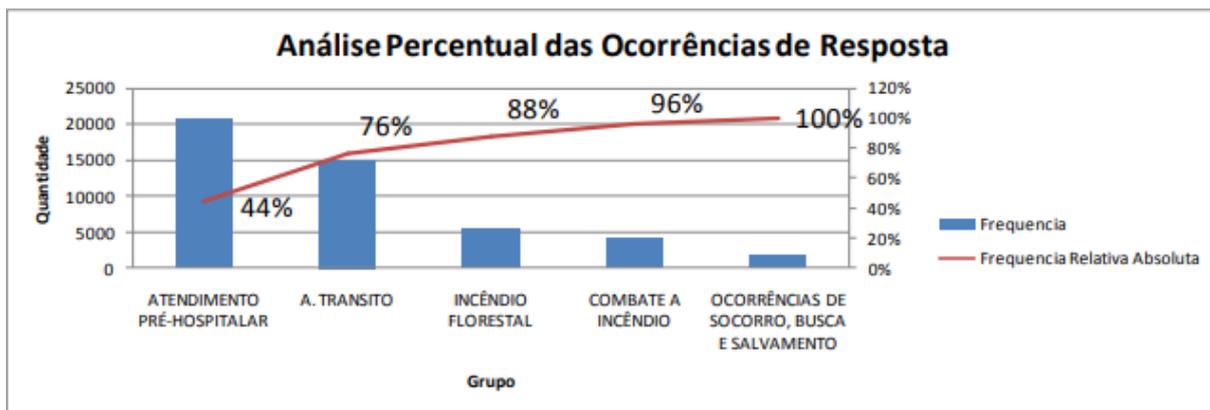
GRÁFICO 1 – Comparativo Anual de Ocorrências de Resposta no DF (2014)



Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2014/CBMDF

Mesmo com a diminuição do número de ocorrências absolutas de APH no ano de 2014, vemos que se comparado com os atendimentos nas outras áreas, elas correspondem a um total de 44% das intervenções da corporação (Gráfico 2), mostrando a importância da atividade para o CBMDF e para a comunidade do Distrito Federal.

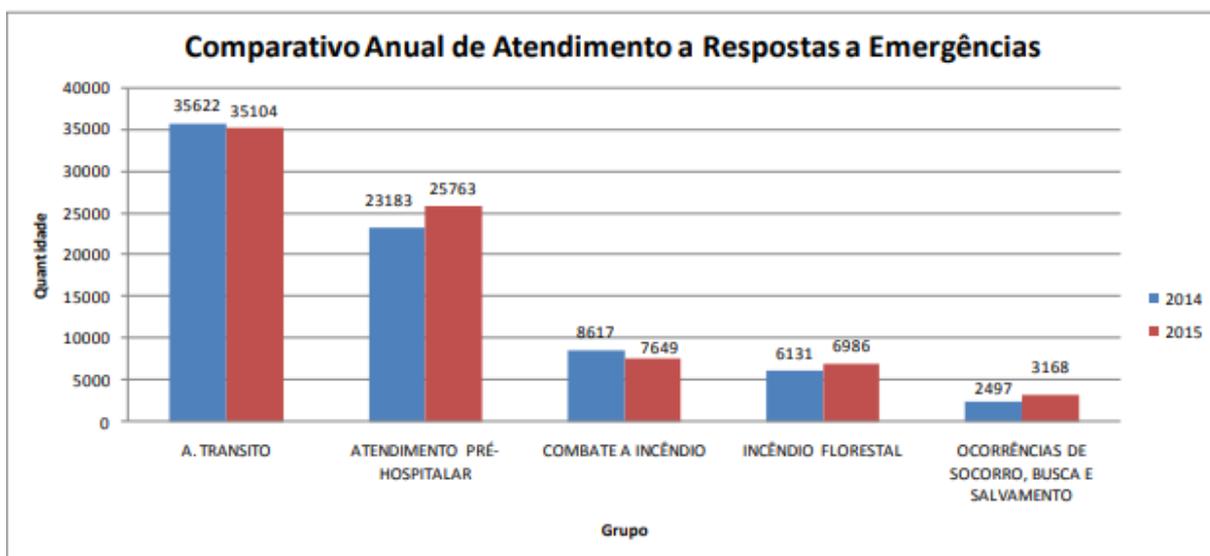
GRÁFICO 2 – Percentual Acumulado de Ocorrências por Natureza (2014)



Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2014/CBMDF

No ano de 2015, ao contrário do ano de 2014, o número de incidentes envolvendo Atendimento Pré-Hospitalar teve um incremento. Em termos percentuais, o crescimento experimentado foi de 10,00%. Fato interessante é que nesse ano o número de ocorrências relacionadas a Acidentes de Trânsito foi expressivamente superior ao número de ocorrências da natureza de APH (Gráfico 3).

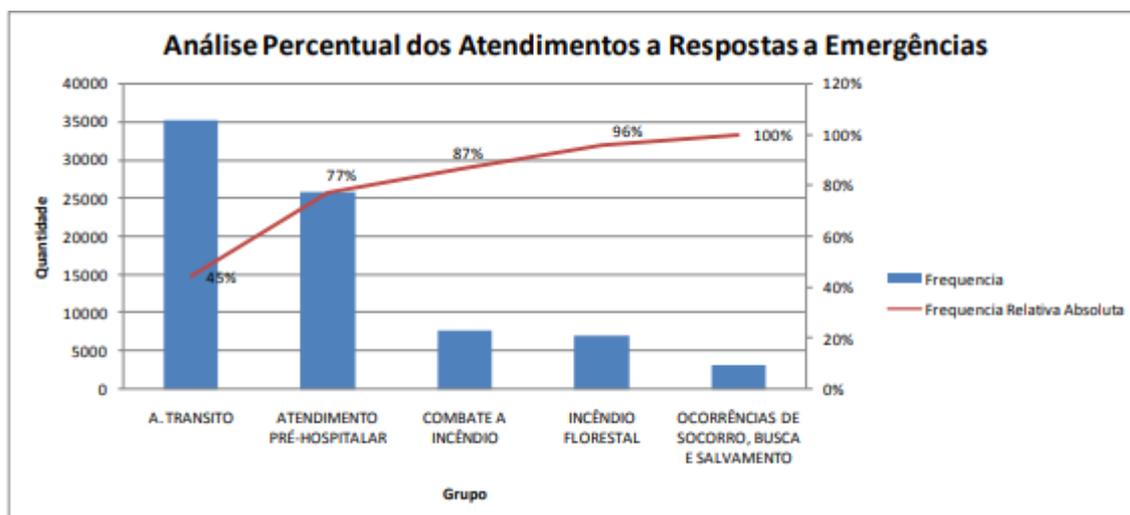
GRÁFICO 3 - Comparativo Anual de Ocorrências de Resposta no DF (2015)



Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2015/CBMDF

Pode-se observar que, apesar de ficar em segundo lugar como maior número de ocorrências, os Atendimentos Pré-Hospitalares responderam por 32% do total de chamados (Gráfico 4), ainda se configurando numa atividade crítica para o CBMDF.

GRÁFICO 4 – Percentual Acumulado de Ocorrências por Natureza (2015)

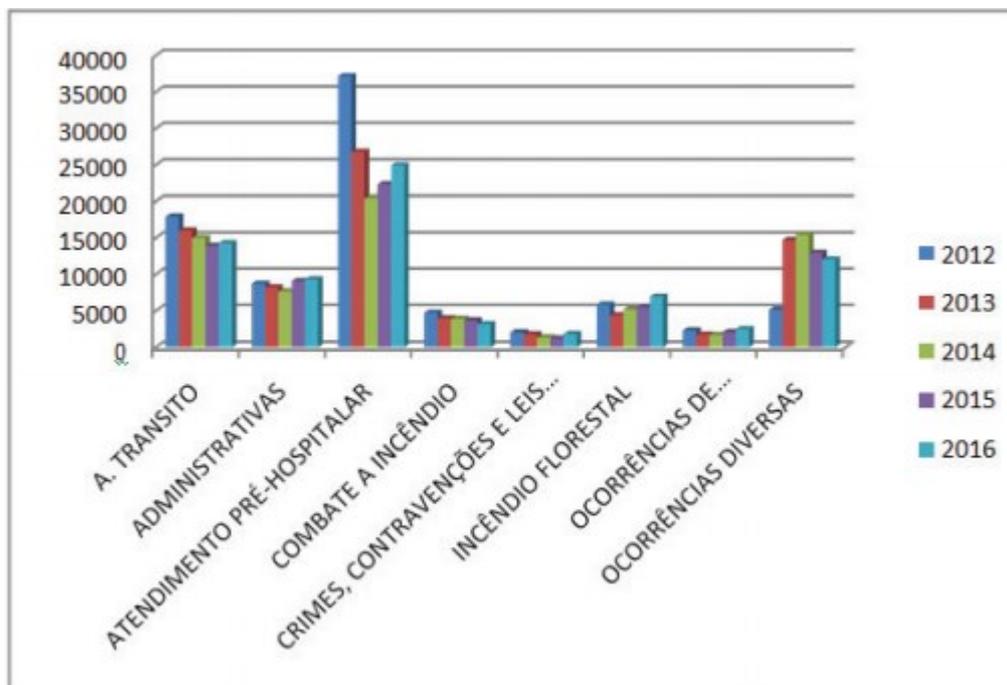


Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2015/CBMDF

Analisando o Gráfico 5, pode-se concluir que, após experimentar uma redução significativa até 2014, o Atendimento Pré-Hospitalar passou por sucessivos crescimentos dentro do DF, atingindo, em 2016, um total de 24934 ocorrências, conforme Tabela 1. Vale observar que, em relação ao número absoluto das ocorrências de anos anteriores, os atendimentos pré-hospitalares sempre tiveram maiores números nos últimos 5 anos, contrariando alguns valores publicados em anos anteriores. Essa divergência de dados será levada em consideração na discussão mais à frente.

Cabe mencionar que, a partir de 2016, a corporação passou a classificar as ocorrências de apoio e prevenção dentro do total de ocorrências, o que refletiu diretamente no percentual relativo que cada tipo de atendimento tem no total, conforme se reflete na Tabela 1 e no Gráfico 6. A discussão de todos os tópicos será apresentada posteriormente.

GRÁFICO 5 - Comparativo Anual de Ocorrências de Resposta no DF (2012-2016)



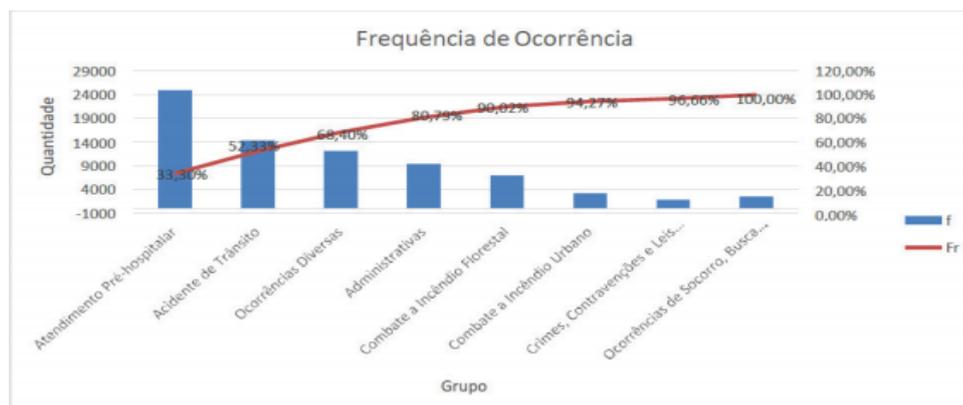
Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2016/CBMDF

TABELA 1 – Ocorrências Atendidas pelo CBMDF em Valores Absolutos (2012-2016)

Grupo	2012	2013	2014	2015	2016
A. TRÂNSITO	17900	15999	14979	13932	14251
ADMINISTRATIVAS	8727	8228	7650	9066	9274
ATENDIMENTO PRÉ- HOSPITALAR	37174	26822	20422	22364	24934
COMBATE A INCÊNDIO	4713	3963	3875	3670	3180
CRIMES, CONTRAÇÕES E LEIS ESPECIAIS	2041	1764	1311	1189	1787
INCÊNDIO FLORESTAL	5849	4389	5166	5445	6917
OCORRÊNCIAS DE SOCORRO, BUSCA E SALVAMENTO	2313	1722	1672	2080	2504
OCORRÊNCIAS DIVERSAS	5163	14697	15437	12930	12038
Total geral	83880	77584	70512	70676	74885

Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2016/CBMDF

GRÁFICO 6 - Percentual Acumulado de Ocorrências por Natureza (2016)



Fonte: Anuário Estatístico de Ocorrências 2016/CBMDF

3 LEI FEDERAL Nº 13.722/2018

Sancionada em outubro de 2018, a Lei de nº 13.722 versa sobre a capacitação de docentes de escolas públicas e privadas no que diz respeito aos conhecimentos de primeiros socorros. A lei, conhecida popularmente como Lei Lucas visa a evitar casos como o ocorrido com uma criança em SP, no ano de 2017, a qual deu nome à norma. A lei define também a quem compete a capacitação desses recursos humanos, tanto no caso do ensino público quanto do ensino privado.

Em setembro de 2017, em Campinas, São Paulo (SP), Lucas Begalli Zamora, 10 anos, participava de um passeio escolar junto a sua unidade de ensino. Durante o horário destinado a alimentação das crianças, o garoto se engasgou com um pedaço de cachorro-quele, o que levou à uma asfixia mecânica em poucos minutos. Segundo relato da própria mãe do garoto disponibilizado na revista Crescer (2018), quando a equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência chegou ao local, pouco podia ser feito. Depois de 7 paradas cardíacas e 50 minutos de Reanimação Cardiopulmonar (RCP), o garoto faleceu. Buscando evitar casos como esses, Alessandra Begalli Zamora, mãe do jovem, se engajou na busca por uma norma que pudesse mitigar tal situação.

Foi sancionada, portanto, no dia 3 de outubro de 2018, a Lei Federal 13.722, que visa justamente a capacitação de docentes em técnicas básicas de primeiros socorros, com o objetivo de evitar casos como o citado anteriormente. Em seu primeiro artigo, a lei define que os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública e privada e os estabelecimentos de recreação infantil deverão, por meio de seus respectivos sistemas de ensino, capacitar não só professores, mas também funcionários em noções de primeiros socorros. Prevê ainda, no parágrafo primeiro, que o curso deverá ter periodicidade anual como forma de reciclar esses profissionais a respeito das condutas e técnicas, sem prejuízo de suas atividades.

Em seu segundo artigo, a lei define quem têm a função de capacitar esses profissionais, visto que o sistema de ensino público atualmente não possui estrutura orgânica suficiente em recursos humanos e técnicos para tal missão. Conforme a Lei 13.722/2018, órgãos e entidades municipais e estaduais especializados no atendimento a emergências devem ministrar esses cursos em se tratando da rede pública de ensino. No caso das instituições privadas, elas deverão recorrer a profissionais habilitados. Esses cursos têm por finalidade orientar os profissionais da educação sobre como agir e atuar preventivamente em emergências até que o socorro especializado chegue ao local do incidente. No parágrafo primeiro do artigo segundo, a norma permite uma flexibilização conforme natureza e faixa etária do público a ser atendido.

No quarto artigo, a norma trata das consequências em caso do não cumprimento da lei. As penalidades a serem aplicadas pela autoridade administrativa constituem-se em notificações, multa (podendo ser aplicado em dobro em caso de reincidência) e em cassação da licença de funcionamento ou autorização do órgão, em se tratando de estabelecimento privado, ou responsabilização patrimonial do agente público, se o descumprimento for por parte de instituição de ensino pública.

Os artigos 6 e 7 da norma dizem que o Poder Executivo definirá regulamento e critérios para implementação dos cursos e que as despesas ocorrerão por dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Executivo Federal em dotação orçamentária. O oitavo artigo define o prazo para a implementação da lei, de 180 dias a contar de sua publicação.

4 METODOLOGIA

Este artigo consistiu numa pesquisa bibliográfica e documental que visou a estudar uma forma de atuação preventiva do CBMDF no âmbito das emergências que envolvam estudantes das escolas públicas do DF. Segundo Marconi e Lakatos (2003), esse tipo de coleta está restrito a documentos, escritos ou não, denominados fonte primária. Nesse sentido, foi feita uma consulta inicial aos manuais de corporação relacionados a emergências pré-hospitalares, como forma de revisar técnicas e verificar, inicialmente, as que seriam úteis se ensinadas aos professores.

Outrossim, foi realizado um levantamento nos anuários da corporação, onde buscou-se analisar as estatísticas de socorros de urgência e emergência atendidas pelo CBMDF. Analisando esses dados, foi possível verificar se o número de solicitações experimentou um aumento ou um decréscimo nos últimos anos. Com isso buscou-se justificar a necessidade de

abordar tal atividade no âmbito das escolas públicas do DF, com o olhar voltado para a prevenção. Ademais, foi feita também um estudo do normativo legal em relação ao conhecimento e capacitação de primeiros socorros por professores. Isso teve por finalidade dar fundamentação legal ao projeto proposto pelo artigo.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos anuários estatísticos do próprio CBMDF, foi possível verificar que o número de ocorrências de APH no DF experimentou um crescimento no triênio 2014-2016. No anuário de 2014 foram registradas 20803 ocorrências, 28% a menos quando se comparando ao ano anterior. Segundo o próprio documento, a diminuição poderia estar relacionada ao aumento do número de ocorrências de apoio e prevenção, que passou por um aumento de 47% em relação ao 2013. Isso mostra que a atividade preventiva é, de fato, importante para diminuir o número de incidentes, contribuindo de sobremaneira com a qualidade de vida da sociedade do DF. Segundo Miranda (2016), o investimento em ações preventivas, sobretudo em escolas, é uma forma de levar o conhecimento e estimular a autoproteção às pessoas, tornando-as multiplicadoras da cultura de prevenção.

Já no documento publicado em 2015, o número de ocorrências envolvendo APH foi de 25763, resultando num crescimento percentual de 11%, como versa o próprio anuário. No entanto, o número que foi usado como total de atendimentos em 2014 foi de 23183 e não 20803 como consta no documento de 2014. Se usado o valor publicado no anuário de 2014, o aumento percentual nas ocorrências passa a ser ainda maior, chegando a 23,84%. Essa divergência nos dados pode indicar ou uma possível falha no registro das ocorrências, ou na classificação das ocorrências, ou nas mudanças de critérios em cada ano ou então pode estar relacionado com uma real manipulação de dados para apresentação final, o que pode ser ainda mais grave. O fato é que o comportamento relacionado aos atendimentos de APH foi de crescimento, independentemente do valor utilizado. O que vale ressalva é que esse crescimento pode ser ainda maior do que os próprios documentos indicam. O número de solicitações para apoio e prevenção também aumentou, mas em um percentual menor, 28%, quando comparado à 2014.

Analisando o anuário de 2016, que contém dados mais completos sobre os atendimentos da corporação, o comportamento dos atendimentos de APH também foi de crescimento. Quando comparado com o ano de 2015, o aumento foi de 11,49%. Cabe ressaltar que, em números absolutos, o total de atendimentos realizados em 2016 (24934) foi ligeiramente menor

que o número absoluto de atendimentos publicados no documento de 2015 (25763). No entanto, optou, para fazer a comparação do anuário de 2016, o valor publicado no próprio documento, visto que em relação aos divulgados em 2014 e 2015 houve uma mudança nas classificações de ocorrências, como a inserção do subgrupo administrativas, crime, contravenções e leis especiais e ocorrências diversas. Isso pode ter impactado na forma de catalogar as ocorrências e certamente influenciou diretamente no gráfico de pareto publicado em 2016 (ver Gráfico 6), em que o APH passou a responder por um número proporcionalmente menor de ocorrências, visto a inclusão dessas categorias que antes não eram contabilizadas.

Indo na contramão da cultura da remediação, o CBMDF prima não só por responder com excelências as demandas de urgência e emergência, mas também vêm investindo cada vez mais nas atividades preventivas. Como visto anteriormente, já existe uma lei que prevê que professores dos estabelecimentos de ensino devem ser capacitados em primeiros socorros. A norma carece ainda de regulamentos complementares pois não informa quais órgãos especializados serão responsáveis e nem quais as condições para que isso seja feito. Todavia, existem alguns pontos que indicam que esta pode e deve ser uma atividade da corporação.

No parágrafo 5º do inciso V do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, está previsto que é competência dos corpos de bombeiros a execução de atividades de defesa civil. A Política Nacional de Prevenção e Defesa Civil (PNPDEC) estabelece que as ações de defesa civil englobam, entre outras, atividades de prevenção. Portanto, buscar prevenir é também uma das atribuições do CBMDF. Consta ainda, no Plano Estratégico 2017-2024 da corporação que a missão da entidade é a proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente. Dessa forma, qualquer iniciativa própria da corporação e/ou atribuição que venha ser lhe dada que vise a evitar danos a vida de pessoas está alinhada com o planejamento da instituição. O Decreto Nº 7.163/2010, que versa sobre a organização básica dos CBMDF, traz no texto dos incisos XI e XII do artigo 2º que é competência da corporação promover e participar de campanha educativas na comunidade, dentro de sua área de atuação, além de desenvolver a consciência para acidentes em geral.

Ainda sobre a Lei 13722/2018, um projeto estruturado que ministre instruções e reciclagens periódicas aos docentes de estabelecimentos públicos pode evitar casos como o que motivou a lei, onde um estudante de 10 anos veio a óbito por se engasgar com um alimento. Se alguém presente tivesse o simples conhecimento de uma técnica de desobstrução de vias aéreas o destino do garoto poderia ter sido outro. É possível, pois, estruturar um projeto no qual o Grupamento de Atendimento Pré-Hospitalar (GAEPH) atue como órgão central, com a

incumbência de padronizar as técnicas a serem ensinadas, de nivelar os socorristas de cada Grupamento Bombeiro Militar (GBM) e de controlar e fiscalizar as atividades realizadas por cada GBM. Caberia, pois, aos Grupamentos Multiempregos do CBMDF, por meio de seus socorristas especializados, promover a capacitação da comunidade em que atendem, remetendo as informações e necessidades de correções ao GAEPH.

A ideia é, portanto, utilizar a estrutura do Ciclo Operacional do Combate a Incêndio para a prevenção do APH. Dessa forma, dentro de cada fase do ciclo (preventiva, estrutural, combativa e investigativa) haveria um responsável, de forma que a cada ano objetivos e metas mais realistas sejam traçadas, que se faça a estatística do projeto e que se avalie sua expansão para os demais tipos de ocorrência que acontecem na população. A conscientização e professores e, posteriormente, a longo prazo, de crianças e jovens estudantes, serviria para formar futuros cidadãos críticos e atentos para as formas de prevenção e até mesmo de atuação rápida diante de uma emergência, salvando o maior número de vidas no contexto do Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou, pois, estudar uma forma de atuação do CBMDF no âmbito das emergências envolvendo estudantes das escolas públicas do DF do ponto de vista da prevenção. Foi possível observar que o ensino de técnicas de primeiros socorros para professores de escola pública do DF é sim uma possibilidade e está associado ao rol de competências legais do CBMDF, alinhado, inclusive, com o Plano Estratégico da corporação, no qual consta a proteção de vidas como missão da instituição. Além disso, como visto na análise estatística da corporação, o número de ocorrências de APH vêm crescendo nos últimos anos, o que mostra que deve se diversificar as formas de prevenção, dando ênfase na educação preventiva da sociedade.

Como produto desse estudo, foi proposto um projeto de capacitação de professores da rede pública do DF, na área de conhecimentos básicos de primeiros socorros, por profissionais do CBMDF. Tal iniciativa teve, sobretudo, o objetivo de alcançar uma primeira resposta imediata satisfatória como forma de potencializar a posterior ação dos militares e maximizar as chances de sobrevivência do paciente atendido. Ademais, foi uma forma de chamar a atenção da comunidade do DF para a prevenção de acidentes difundir o conhecimento da área.

O trabalho abre, pois, espaço para que outras linhas de pesquisa e de projeto sejam analisadas. Avançar no segmento é crucial para o cumprimento da missão bombeiro militar. À exemplo de outras corporações, avançar para que exista uma abordagem do tema prevenção de acidentes nas escolas é fundamental para que, no futuro, sejam formados cidadãos conscientes dos perigos e pró ativos para evita-los.

Cabe menção aos Corpos de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG). No estado mineiro já existe, inclusive, uma estrutura orgânica destinada à capacitação de professores de escolas públicas. Outro projeto relacionado de iniciativa dessa corporação e a utilização da banda de música nas escolas, que formulam paródias com músicas atuais para internalização da cultura de prevenção de acidentes pelas crianças.

Outro ponto que pode ser trabalhado para a proposição de um programa de educação preventiva é a inclusão de planos de evacuação de emergência das escolas. A estrutura do projeto proposto de capacitação de APH pode ser usada concomitantemente para se trabalhar o abandono dos colégios em caso de incêndio. Existe, portanto, ampla margem para pesquisa e aprimoramento desse artigo, de forma a contribuir com o melhor atendimento, com a qualidade de vida da população do DF e cumprir com a missão institucional da corporação.

FIRST AID BASIC TECHNIQUES FOR PUBLIC SCHOOL TEACHERS OF DF

ABSTRACT

This article discusses the teaching of first aid techniques to teachers of public schools in the Distrito Federal (DF) and aimed to study a form of preventive action of the Federal District Military Fire Department in dealing with emergencies with young people, in these environments. Through a bibliographic and documentary research, the work treated, by way of example, of the techniques used in Prehospital Care, analyzes the data of occurrences recorded in the last statistical years of the company and raised the legal legislation on teacher training. Applying the proposed methodology and correlated to the data used, it can be concluded that the performance of the corporation on teacher training is necessary, find justification in the legal attributions and is aligned with the corporation's strategic plan, besides providing quality of life to students and spread knowledge in society. It was, therefore, a pioneering work within the CBMDF, that served as an initiative for further studies related to a prevention approach in educational systems. Lastly ,it seek to propose a project that will help the company not only in protecting lives, but also arouse attention in the prevention culture.

Keywords: Ourrences. APH. CBMDF. School. DF.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei n° 8.255, de 20 de novembro de 1991**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8255.htm. Acessado em 22 de set. 2019.

BRASIL, **Decreto n° 7163, de 29 de abril de 2010**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7163.htm. Acessado em 23 de set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Professores aprenderão noções básicas de primeiros socorros**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/215-568057805/74791-professores-aprenderao-nocoes-basicas-de-primeiros-socorros>. Acessado em 21 de set. 2019.

CASELLA, Erasmo Barbante. MÂNGIA, Cristina M. F. **Abordagem da Crise Convulsiva Aguda e Estado de Mal Epiléptico em Crianças**. *Jornal de Pediatria*, Vol. 75, Supl. 2, 1999. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/99-75-s197/port.pdf>. Acessado em: 13 de dez. 2019.

CBMDF, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Anuário Estatístico de Ocorrências/2014**. 1ª Edição, 2015.

CBMDF, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Anuário Estatístico de Atendimentos/2015**. 1ª Edição, 2016.

CBMDF, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Anuário Estatístico de Atendimentos do ano de 2016**. 1ª Edição, 2017.

DEPOSITPHOTOS, Sem autor. **Queimaduras nas mãos**. Disponível em:
<https://br.depositphotos.com/stock-photos/queimaduras-nas-m%C3%A3os.html>. Acessado em 07 de nov. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Censo Escolar 2019 Rede Pública**. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/2019_PUB_DF_MAT_ETM_Total-DF-LOCAL.pdf. Acessado em 19 de set. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910- 1989. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira;** coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... [et al.]. 4. ed. rev. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GOMES, Viviane Ribeiro. **Atendimento Pré-Hospitalar no Trauma: A Importância da Hora de Ouro na Recuperação e Sobrevivência da Vítima.** 2018. 10 f. Trabalho Apresentado no 18 Congresso Nacional de Iniciação Científica – CONIC, São Paulo, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Distrito Federal.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>. Acessado em 19 de set. 2019.

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica de Portugal. **Manual de Emergências Trauma.** Versão 2.0, 1ª Edição, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas 2003.

MIRANDA, Andiará Beatriz Ribeiro. **A Disseminação da Cultura de Prevenção e Autoproteção ao Público Externo.** 2016. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMMG, Belo Horizonte, 2016.

PERGOLA, Aline Maino; ARAUJO, Izilda Esmenia Muglia. **O Leigo e o Suporte Básico de Vida.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol. 43 nº 2. São Paulo. Junho de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0080-62342009000200012&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado em: 13 de dez. 2019.

REVISTA CRESCER, Aline Dini. **Menino Morre Após Engasgar com Cachorro-Quente em Passeio da Escola.** Disponível em:

<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Seguranca/noticia/2018/01/menino-morre-apos-engasgar-com-cachorro-quente-em-passeio-da-escola.html>. Acessado em: 22 de set. 2019.

REVISTA VIVA SAÚDE, Letícia Maciel. **Como Socorrer um Vítima de Convulsão.**

Disponível em: <https://vivasaude.digisa.com.br/clinica-geral/como-socorrer-uma-vitima-de-convulsao/1872/>. Acessado em 07 de nov. 2019.

SOBRASA, Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. **Qual a Melhor Abordagem no Afogamento com Parada Respiratória ou PCR?** Disponível em:

<https://www.sobrasa.org/qual-a-melhor-abordagem-no-afogamento-com-parada-respiratoria-e-na-pcr-abc-x-cab-x-so-compressao/>. Acessado em 25 de set. 2019.